

Organizadores

ISBN: 978-65-87582-04-7

Liton Lanes Pilau Sobrinho
Cleide Calgare
Leonel Severo Rocha

COVID-19: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO



2020



UNIVALI



UNISINOS



UPF
UNIVERSIDADE
DE PASSO FUNDO



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio Grande do Sul

UCS
UNIVERSIDADE
DE CAXIAS DO SUL

Organizadores

ISBN: 978-65-87582-04-7

Liton Lanes Pilau Sobrinho
Cleide Calgaro
Leonel Severo Rocha

COVID-19: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

Autores

Adriana Locatelli Bertolini
Amanda Caroline Zini
Ângela Irene Farias de Araújo Utzig
Cleide Calgaro
Clovis Demarchi
Daniele Tubino P. de Souza
Débora Freitas Chavaré
Denise Schmitt Siqueira Garcia
Lidia Maria Ribas
Elisandra Riffel Cimadon
Fabiano Larentis
Fernando Navarro Vince
Francisco Jozivan Guedes de Lima
Gabriela Werner Oliveira
Heloise Siqueira Garcia
Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab
Jacson Roberto Cervi
Joana Silvia Mattia Debastiani
João Ignácio Pires Lucas
Josiane Petry Faria
Jovana De Cezaro
Julice Salvagni
Keberson Bresolin
Laís Franciele de Assumpção Wagner
Leticia Spagnollo

Lilia Aparecida Kanan
Liton Lanes Pilau Sobrinho
Luciane Klein Vieira
Magda Macedo Madalozzo
Marcia Andrea Bühring
Maren Guimaraes Taborda
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
Marina Guerin
Moisés João Rech
Monique Cunha de Araújo
Nara Suzana Stairn Pires
Nicole de Souza Wojcichoski
Nilton Carvalho Lima de Medeiros
Pedro Roberto Jacobi
Rafael de Araujo A. Monteiro
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger
Rogerio da Silva
Silvana Colombo
Silvana Regina Ampessan Marcon
Taciana Damo Cervi
Thaise Nara Graziottin Costa
Thiago dos Santos da Silva
Valter Moura do Carmo
Victória Faria Barbiero
Vitória Volcato da Costa

2
0
2
0



Reitor

Valdir Cechinel Filho

Vice-Reitor de Graduação e Desenvolvimento**Institucional**

Carlos Alberto Tomelin

Vice-Reitor de Extensão e Assuntos**Comunitários**

José Carlos Machado

Vice-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Rogério Corrêa

Organizadores

Liton Lanes Pilau Sobrinho

Cleide Calgaro

Leonel Severo Rocha

Prefácio

Paulo Márcio Cruz

Autores

Adriana Locatelli Bertolini

Amanda Caroline Zini

Ângela Irene Farias de Araújo Utzig

Cleide Calgaro

Clovis Demarchi

Daniele Tubino P. de Souza

Débora Freitas Chavaré

Denise Schmitt Siqueira Garcia

Lidia Maria Ribas

Elisandra Riffel Cimadon

Fabiano Larentis

Fernando Navarro Vince

Francisco Jozivan Guedes de Lima

Gabriela Werner Oliveira

Heloise Siqueira Garcia

Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab

Jacson Roberto Cervi

Joana Sílvia Mattia Debastiani

João Ignácio Pires Lucas

Josiane Petry Faria

Jovana De Cezaro

Julice Salvagni

Keberson Bresolin

Laís Franciele de Assumpção Wagner

Leticia Spagnollo

Lília Aparecida Kanan

Liton Lanes Pilau Sobrinho

Luciane Klein Vieira

Magda Macedo Madalozzo

Marcia Andrea Bühring

Maren Guimaraes Taborda

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Marina Guerin

Moisés João Rech

Monique Cunha de Araújo

Nara Suzana Stairn Pires

Nicole de Souza Wojcichoski

Nilton Carvalho Lima de Medeiros

Pedro Roberto Jacobi

Rafael de Araujo A. Monteiro

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

Rogerio da Silva

Silvana Colombo

Silvana Regina Ampessan Marcon

Taciana Damo Cervi

Thaise Nara Graziottin Costa

Thiago dos Santos da Silva

Valter Moura do Carmo

Victória Faria Barbiero

Vitória Volcato da Costa

Diagramação/Revisão

Alexandre Zarske de Mello

Cleide Calgaro

Capa

Alexandre Zarske de Mello

Comitê Editorial E-books/PPCJ**Presidente**

Dr. Alexandre Morais da Rosa

Diretor Executivo

Alexandre Zarske de Mello

Membros

Dr. Bruno Smolarek (UNIPAR)

Dra. Flávia Novera Loureiro

(UMINHO/PORTUGAL)

Dr. Daniele Porena (UNIPG/ITÁLIA)

Dr. Pedro Jose Femenia Lopez (UA/ESPANHA)

Dr. Javier Gonzaga V. Hernandez

(UCALDAS/COLÔMBIA)

Dr. Clovis Demarchi (UNIVALI)

Dr. José Everton da Silva (UNIVALI)

Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UNIVALI)

Dr. Márcio Ricardo Staffen (UNIVALI)

Dr. Sérgio Ricardo F. de Aquino (UPF)

Créditos

Este e-book foi possível por conta da Editora da UNIVALI e a Comissão Organizadora E-books/PPCJ composta pelos Professores Doutores: Paulo Márcio Cruz e Alexandre Morais da Rosa e pelo Editor Executivo Alexandre Zarske de Mello.

Projeto de Fomento

Este livro recebeu apoio financeiro da FAPERGS, conforme edital nº 02/2017 – PQG, sob a outorga nº 17/2551-0001-165-1 e nº17/2551-0001178-3, resultante dos Grupos de Pesquisas (CNPQ): Metamorfose Jurídica (GPMJ - UCS), Regulação Ambiental da Atividade Econômica Sustentável (REGA- ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA), Filosofia do Direito e Pensamento Político (UFPB), Teoria do Direito (UNISINOS), Jurisdição Constitucional e Democracia (UPF) e Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade – DATS (UNIVALI).

Endereço

Rua Uruguai nº 458 - Centro - CEP: 88302-901,
Itajaí - SC – Brasil - Bloco D1 – Sala 419,
Telefone: (47) 3341-7880



FICHA CATALOGRÁFICA

C873 COVID-19 [recurso eletrônico] : direitos humanos e educação / Adriana Locatelli Bertolini... [et al.] ; organizadores, Liton Lanes Pilau Sobrinho, Cleide Calgaro, Leonel Severo Rocha. - Itajaí : UNIVALI, 2020.

Livro eletrônico.

Inclui referências.

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web: <http://www.univali.br/ppcj/ebook>

Vários autores.

ISBN 978-65-87582-04-7 (e-book)

1. Doenças transmissíveis. 2. Educação à distância. 3. Direitos humanos. 4. Mercado de consumo. 5. Direito do consumidor. I. Bertolini, Adriana Locatelli. II. Pilau Sobrinho, Liton Lanes. III. Calgaro, Cleide. IV. Rocha, Leonel Severo.

CDU: 614:34

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Comunitária Campus Balneário Camboriú – UNIVALI

CAMINHOS PARA UMA NOVA ÉTICA EM TEMPOS PÓS COVID-19: O DESAFIO DE AMPLIAR DIÁLOGOS E FORTALECER APRENDIZAGEM SOCIAL

Pedro Roberto Jacobi¹

Rafael de Araujo A. Monteiro²

Daniele Tubino P. de Souza³

INTRODUÇÃO

O momento é de crise. Fomos pegos de surpresa com a chegada de um ser invisível com alto poder de dispersão que ataca nosso sistema respiratório e pode debilitar nossos corpos, exigindo internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Deparamo-nos com um limite de alta relevância em nossas estruturas de defesa, os sistemas de saúde (públicos e particular). Não há como tratar a todas as pessoas ao mesmo tempo. Não há um tratamento eficaz disponível. A saída, então, é mitigar o avanço do vírus para que contamine o menor número possível de pessoas. Foi instituído em quase todas as partes do mundo o isolamento social. O mundo parou. A incerteza é uma constante. As tomadas de decisão são, quase sempre, temerosas e alvo de controvérsias.

E por que nos encontramos em tal situação tão delicada? Como, em pleno século XXI com todo o avanço tecnológico, nos encontramos em situação de tamanha fragilidade? A tecnologia não deveria nos trazer segurança e estabilidade? Por que, apesar de todo o acúmulo de conhecimento e da velocidade na produção de pesquisas e disseminação de informações nos encontramos em um reino de incertezas crescentes e em meio às visões conflitivas que tem se colocado para a sociedade?

Para encontrar respostas a essas e outras tantas questões possíveis é preciso olhar para trás. É preciso olhar para nossa história, buscando compreender o que nos trouxe até aqui. Ao realizar esse

¹ Pedro Roberto Jacobi é sociólogo. Prof. Titular Sênior Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental e Divisão Científica de Gestão, Ciência e Tecnologia Ambiental-Instituto de Energia e Ambiente- Universidade de São Paulo, Brasil. Coordenador do Projeto Governança da Macrometrópole Paulista face à variabilidade Climática/IEE/FAPESP- Presidente do Conselho do ICLEI America do Sul - Editor de Ambiente e Sociedade. E-mail: prjacobi@gmail.com

² Rafael de Araujo Arosa Monteiro é Gestor Ambiental e Especialista em Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (PROCAM/IEE/USP). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP). E-mail: rafael.araujo.monteiro@usp.br

³ Daniele Tubino Pante de Souza é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui mestrado em Engenharia Civil pela mesma universidade (PPGCI/NORIE/UFRGS) e doutorado em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (PROCAM/IEE/USP). Foi pesquisadora visitante na Universidade de Wageningen, Holanda. Atualmente é professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: danieletubino@gmail.com

exercício, é possível notar que, apesar dos grandes avanços científicos e tecnológicos e de todas as comodidades para a vida cotidiana advindas, nos deparamos agora com um limite. Esse limite apresenta-se para nós na forma de uma crise do sistema; uma crise que sinaliza cada vez mais a fragilidade do modo predominante de organização da sociedade humana; não podemos simplesmente avançar e seguir a vida tal qual vínhamos fazendo.

Podemos compreender porque esse limite se impõe ao desvelarmos os valores culturais adotados durante a modernidade, fruto da tríade ciência-imperialismo-capitalismo, que fundamentam nossa narrativa dominante e produzem e reproduzem o mundo em que vivemos. Os valores que adotamos legitimam o curso de nossas ações, determinam a nossa práxis, definem o que é (ou não) realizado e como o é realizado e regem nosso comportamento (STERLING, 2011). Esses valores, aprendidos e incorporados ao longo da existência de cada um de nós, contribuem, portanto, para uma forma muito particular de viver a vida, de perceber a realidade, e de se relacionar com o outro. Os valores preponderantes em nossa sociedade ocidental podem ser descritos por adjetivos como: antropocêntrico, positivista, fragmentado e capitalista. Tais valores, como apontam Harari (2018) e Santos (2008), mostram o processo crescente de fragmentação da realidade, a dominação e subjugação do outro, a competição, o individualismo e a busca incessante por aumento de lucratividade na lógica econômica prevalecente.

A visão fragmentada da realidade nos leva, como alerta Bohm (1980), a uma confusão em acreditar que aquilo sobre o que se pensa é a realidade em si e não apenas parte dela. Tal forma de pensamento, predominante em nossa cultura vigente, nos leva, frequentemente, à divisão de tudo que há: divisão das nações, divisão dos povos, divisão das ideias, divisão entre seres humanos e natureza. No momento atual podemos ver a forte polarização e distanciamento entre os que pensam diferente. As conversas se dão, frequentemente, no âmbito da disputa de “certezas” em torno do que é a verdade e, conseqüente, do que deve ser feito. Ao agirmos dessa maneira, nos esquecemos de que nossas explicações sobre a realidade baseiam-se em nossas concepções, nossos valores, nossa visão de mundo (MATURANA, 1988), assim, tendemos a excluir a visão do outro, nos afastamos e dificultamos a construção de ações colaborativas e de narrativas comprometidas com a sustentação da vida.

Esse pensamento parcial, fragmentado, e que não reconhece sua própria maneira de operar, leva à dominação e subjugação do outro e é, ao mesmo tempo, reforçado por ela, como denunciado por tantos autores, entre eles Freire (1981; 1983). A imposição de ideias e valores se dá como consequência natural da crença em “certezas”, que nos leva a acreditar que somos possuidores da

verdade e o outro da ignorância. Imbuídos de uma falsa sensação de dever, justifica-se todo tipo de ação que imponha de maneira violenta (ISAACS, 1999) uma visão de mundo sobre a outra.

O momento atual do capitalismo, representa uma realidade que sinaliza perturbações que se percebem nitidamente e que demandam que as sociedades avancem na invenção de novas lógicas e processos sócio-políticos para promover respostas baseadas em maior resiliência para a sociedade humana, em substituição a essa espécie de “ética” do capital que se impôs como guia de nossas vidas (HARARI, 2018). O sistema capitalista apresenta-se hoje, como destaca Berardi (2020), como um axioma que opera a partir da premissa não verificável da acumulação de riqueza a partir do crescimento ilimitado, instalando-se visceralmente em nossa própria linguagem. Em nome da busca pelo acúmulo de riquezas, com a supervalorização do indivíduo, o sistema capitalista adota um modelo de competição que reforça a ilusão de fragmentação e a vontade de dominação.

São nesses valores que parecem residir as causas de nossa dificuldade de superação dos inúmeros desafios atuais, cada vez mais intensificados e transmutados ao status de crises: econômica, social e ambiental.

Tal cenário nos coloca, enquanto comunidade global, em uma situação de risco. No livro “Sociedade de Risco”, que teve e ainda tem ampla repercussão, Ulrich Beck apresenta sua reflexão na qual a vida como um todo se apresenta ameaçada pelo modelo produtivo vigente, enquanto efeito colateral da racionalidade moderna, uma consequência não intencional, na qual “danos às condições naturais da vida convertem-se em ameaças globais para as pessoas, em termos medicinais, sociais e econômicos – com desafios inteiramente novos para as instituições sociais e políticas da altamente industrializada sociedade global” (BECK, 2010, p. 98-99).

O acidente de Chernobyl em 1986, por exemplo, mostrou o despreparo das autoridades e organizações responsáveis pela segurança no enfrentamento de situações de risco, de destruições ambientais, explicitando as dramáticas consequências relacionadas às dificuldades de comunicação de informações técnicas sobre riscos e falhas nas estimativas por parte de especialistas e pesquisadores, que Beck caracteriza em sua obra como "um mundo fora de controle", caracterizado por "incertezas fabricadas" .

O argumento central de Beck é que o desenvolvimento da ciência e da técnica não dá conta da predição e controle dos riscos que contribuem decisivamente para criar consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, o que gera incertezas no longo prazo e que podem ser irreversíveis — como é o caso das mudanças climáticas. Beck inclui os riscos ecológicos,

químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente.

Os problemas ambientais complexos que enfrentamos atualmente “são problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, social e política” (BECK, 1992). Sob esse ponto de vista a pandemia de COVID-19 não pode ser considerada apenas como resultado de processos naturais alheios à ação humana. Nesse sentido, Harvey (2020) concebe nosso modelo de reprodução social em uma relação metabólica com o espaço que ocupamos; coevoluímos com a natureza, reconfigurando continuamente as condições ambientais. Portanto, muitos dos problemas que hoje se apresentam como incontroláveis ou de difícil controle são resultados diretos das escolhas processadas pela sociedade em diferentes escalas e esferas de produção e consumo.

A multiplicação dos problemas socioambientais tem imposto às diversas disciplinas científicas temas para os quais estas não estavam anteriormente preparadas e para cujo enfrentamento se demanda reformular os parâmetros de ensino e pesquisa. Por exemplo, a sustentabilidade como novo critério básico e integrador de ações precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas e, portanto, a constituição de novos valores, na medida em que a ênfase nos determinantes extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética com os seres vivos (JACOBI; GIATTI; AMBRIZZI, 2014).

No contexto da pandemia de COVID-19, na medida em que se explicita a complexidade da resposta e capacidade de controle, evidenciando nossos limites, se coloca a premente necessidade de novos valores que mediem nossas relações interpessoais e, conseqüentemente, as relações entre ciência, gestores e sociedade. O vírus nos ajuda a perceber a ligação inter-humana (BUBER, 2014) que transcende fronteiras físicas e mentais, empurrando-nos à uma nova forma de viver a vida e de se relacionar, caracterizada pela compreensão, conexão e colaboração. Isso nos parece se aproximar da noção de uma Ética Dialógica, apresentada a seguir.

1. POR UMA ÉTICA DIALÓGICA

Ao pensar em Ética nos encontramos no campo da convivência, dos princípios e valores coletivos que compartilhamos para viver a vida e mediar nossas relações inter-humanas e com o mundo que habitamos. A proposta de uma Ética Dialógica é aqui pensada como resposta aos valores de fragmentação da realidade, separatividade, competição, subjugação do outro, descritos

anteriormente. Ela visa o cultivo de uma nova forma de ser, de estar e de se relacionar com o outro e com o mundo que é pautada pela relação, inclusão, dialogicidade, escuta e reflexividade. Alguns autores nos ajudam a elaborar esse conceito.

Maturana (2002) nos oferecer uma compreensão de ética não uniformizante, uma ética que acolhe as diferenças, que sintetiza as diferentes culturas, como diria Freire (1981). “A preocupação ética, como preocupação com as conseqüências que nossas ações têm sobre o outro, é um fenômeno que tem a ver com a *aceitação do outro* e pertence ao domínio do amor” (MATURANA, 2002, p. 72-73, grifo nosso).

Essa aceitação e abertura ao outro passa pelo reconhecimento do princípio de que *somos seres da relação*. É em relação com o outro que aprendemos o que é estar vivo e como viver. Não existe um Eu sozinho, como nos alerta Buber (1979). O Eu está sempre em relação com um outro, o que muda é a forma como escolhemos nos relacionar. Podemos nos fechar em nós mesmos, concebendo o outro de maneira objetificante, como uma parte que nos serve, assumindo a relação monológica. Ou podemos nos voltar para o outro, instaurando a reciprocidade e a comunhão, vivenciando a *relação dialógica* (BUBER, 2014).

Freire (1981) reforça esse princípio ao afirmar que a relação pautada pelos princípios da dialogicidade é uma exigência existencial humana. É na relação, mediada pela comunicação, que nos desenvolvemos. “Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*” (FREIRE, 1981, p. 92, grifo nosso). Essa afirmação nos leva a outro importante princípio, o de nossa *incompletude*. Somos seres em constante processo de desenvolvimento. Sempre aprendendo e reaprendendo. À medida que nos tornamos conscientes de nossas limitações, de que não conhecemos tudo, podemos conhecer melhor aquilo que já conhecemos e nos abrir para o novo, para o diferente (FREIRE, 2013).

A isso somam-se os princípios da *historicidade* e da *diversidade interpretativa*. Desde o momento em que nascemos vamos construindo nossa história de vida, permeada pelas diversas experiências que temos na relação com familiares, amigos, colegas de trabalho e o mundo que nos cerca. Além disso, estamos todos imersos num contínuo histórico mais amplo (FREIRE, 1981; 2002), de uma realidade em constante transformação que nos conecta às pessoas que nos antecederam, por meio de memórias e de diversas heranças socioculturais.

O reconhecimento da nossa historicidade nos permite compreender a diversidade

interpretativa. Nossa história individual, submetida a um contexto de história mais amplo que nos atravessa, contribui para a construção das diferentes formas de interpretar a realidade, de ver o mundo. O reconhecimento de tal diversidade é de grande relevância, como alerta Bohm (1980), pois ao reconhecermos que nossas interpretações são uma dentre várias possíveis, estaremos mais próximos da noção de totalidade e complexidade. Assim, poderemos superar a crença de que nossas interpretações da realidade correspondem a realidade em si. Ou seja, que nossas interpretações são verdades únicas e acabadas.

Assumir que somos seres da relação em constante processo de desenvolvimento, portadores de histórias pessoais, imersos num movimento histórico mais amplo, a partir dos quais construímos nossas interpretações da realidade, sempre inacabadas e passíveis de mudanças, nos permite aceitar o princípio da *incerteza*. Aceitar que não temos o controle absoluto da vida, como quisemos acreditar com a ilusão da modernidade científica (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1993; 2003).

Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, sua subsistência e os conflitos com os meios de produção dominantes, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas numa perspectiva que fortaleça lógicas pautadas pela transversalidade entre conhecimentos (JACOBI; GIATTI; AMBRIZZI, 2014).

A sugestão de todos os princípios mencionados acima pode, num primeiro momento, causar estranheza. Uma sensação de perda daquilo que nos é tão familiar e, aparentemente, seguro. O que se perde com a adoção de tais princípios é a *ilusão* de segurança a que vimos nos sustentando nas últimas décadas (e mesmo séculos) e que nos trouxe a essa situação de múltiplas crises.

Neste momento de crise e sob o ponto de vista de uma Ética Dialógica, coloca-se a necessidade de um encontro entre conhecimento científico, filosófico e popular. Para isso, demandam-se novas abordagens na relação entre os atores sociais envolvidos nos fenômenos emergentes, que agora se explicitam de forma crescente num cenário de complexos sistemas sociotécnicos, reforçando a necessidade de colocar em debate temas que têm, nos diferentes tipos de incerteza, a necessidade de multiplicar conhecimentos e diálogos (DE MARCHI; RAVETZ, 1999). Uma abordagem possível é apresentada por Funtowicz e Ravetz (1997), a qual, baseada no reconhecimento da incerteza, da complexidade e da qualidade, é denominada pelos autores como "ciência pós-normal"; essa tem nas "comunidades ampliadas de pares" um componente essencial no

enfrentamento de situações complexas e fenômenos emergentes com riscos de elevadas consequências que demandam ações urgentes.

Frente a incertezas sistêmicas, valores controvertidos, fatos incertos, situações de elevados conflitos de interesses e o caráter emergente e iminente de pandemias como a que está deflagrada, torna-se evidente a relevância de uma cultura pautada por uma Ética Dialógica, que seja capaz de orientar planos de ação diante de ocorrências inesperadas.

A pandemia tem explicitado a necessidade de maior interrelação entre ciência, sociedade e processos políticos, no intuito de fortalecer o grau de confiança no aparato preditivo científico e reconhecimento das incertezas e o avanço em argumentos consensuais que reforçam práticas sociais e institucionais pautadas por ações de prevenção, resultantes da repetição de medidas de controle que já apresentaram resultados em outras oportunidades, como o distanciamento social — estratégia utilizada com resultados positivos para reduzir a mortalidade da pandemia de influenza no início do século XX.

Daí decorre a necessidade de reconhecer os outros com quem compartilhamos o mundo, nos preocupando “com o que lhes acontece como consequência de [nossos] atos” (MATURANA, 2002, p. 73). Assim, estaremos abertos para a compreensão e conexão com o diferente, prontos para cocriar novos sentidos, valores e ideias, a partir dos quais empreenderemos ações colaborativas para suas materializações.

Nesse sentido, sugerimos no próximo item um caminho, pautado pelos pressupostos da Aprendizagem Social (AS), pelo qual será possível vivenciar a Ética Dialógica e, ao mesmo tempo, fortalecê-la.

2. A APRENDIZAGEM SOCIAL E SUA BASE DIALÓGICA

Face à imprevisibilidade das consequências de pandemias, diversas questões se colocam nos dias de hoje: Como traçar estratégias para enfrentar? Como tornar a sociedade mais reflexiva e, portanto, mais resiliente aos efeitos diretos e indiretos desses fenômenos? Como sensibilizar e criar condições para promover ações pautadas pelo reconhecimento dos riscos? E como incutir as questões inerentes aos riscos em práticas de aprendizagem que deveriam estar cada vez mais inseridas no cotidiano das pessoas?

A relação entre os processos de aprendizagem pautados pelo diálogo, práticas educativas e o fomento da cultura de enfrentamento dos riscos torna-se determinante para fazer frente à

magnitude de eventos e desafios sociais como a pandemia de COVID-19, assim, potencializando a redução da vulnerabilidade das comunidades e, portanto, minimizando a intensidade do seu alcance de riscos indiretos que interagem de forma sistêmica com outros aspectos ambientais e sociais em distintas escalas espaciais e temporais. Para isso, a democratização do conhecimento acerca das ações de proteção civil, por meio da promoção da cultura de riscos nos espaços educativos e comunitários podem promover comportamentos responsáveis em situações de calamidade. Por outro lado, avanços interdisciplinares na forma de diálogo entre saberes acadêmicos e populares podem favorecer com que os mais distintos atores sociais, inclusive na qualidade de sujeitos dos riscos, possam se apropriar de elementos das interrelações entre as causas e efeitos dos processos na sua complexidade.

Os processos de aprendizagem colocam-se, portanto, como centrais para o cultivo de uma Ética Dialógica que impulse transformações que resultem em um novo paradigma. Esse paradigma estará ancorado na ideia de uma realidade co-criada ou participativa, ao invés de relações baseadas em competição excessiva, separação e controle (STERLING, 2011). As práticas dialógicas preconizadas pela aprendizagem social podem nos orientar nesse sentido.

A aprendizagem social é estimulada pela resolução de questões que dizem respeito ao que é de interesse comum e estrutura-se, essencialmente, a partir da interação dialógica. O processo de aprendizagem coletiva requer o estabelecimento de um diálogo que se remodela continuamente, a partir das situações e das condições mutáveis, ao longo do tempo (WALS, 2009).

Existem certos elementos que são fundamentais para o fomento dos diálogos inerentes aos processos de aprendizagem social e que contribuem para a coesão do grupo envolvido. Um elemento importante é a presença de uma visão ou de um objetivo comum, que capta a ideia de muitos participantes ou parte de um quadro compartilhado de referência, inspirando soluções e/ou desafiando concepções presentes no grupo (WALS; VAN DER LEIJ, 2009). Outro fator é a manutenção de práticas de conversações simétricas entre os membros do grupo, em que pessoas que se encontram em posições marginalizadas são encorajadas a se engajar no diálogo no mesmo nível de interação das pessoas em posições dominantes, as quais, por sua vez, são estimuladas a se engajar criticamente com suas próprias visões (*Ibid.*).

Com relação às formas de diálogo presentes nos processos de aprendizagem social, Selby (2011), embasado por estudos de David Bohm sobre esse tema, aponta a necessidade de compromissos individuais e coletivos para a garantia de uma dinâmica de interação simétrica,

contínua e inclusiva. Entre eles, estão a escuta empática, em que cada ouvinte faz um esforço consciente para estar completamente atento aos seus processos de pensamento e na forma como estão envolvidos na seleção, priorização, engrandecimento ou depreciação das ideias dos outros. Além disso, a manutenção de espaço pelo grupo para compartilhar as dificuldades de escuta que cada participante está enfrentando no processo, é fundamental. Outro aspecto, é a atenção que deve ser conferida por cada pessoa as suas respostas emocionais às intervenções dos outros, bem como o compartilhar dessas reações, a partir de uma abertura a reflexões e a percepções dos outros. Atenção especial ao que está implicado tacitamente em cada resposta individual, mas não é articulado nos debates em que normalmente nos engajamos — nota-se aqui a diferença entre o debate e o diálogo —, de modo que esses conteúdos subjacentes possam ser discutidos abertamente pelo grupo, é outro fator considerado fundamental para que a interação seja significativa e produtiva.

Ainda sobre a interação dialógica, Bohm (2005) ressalta que o verdadeiro diálogo deve permitir com que possamos estabelecer uma comunicação no “plano tácito”, uma vez que é desse plano que emergem os pensamentos. Para o autor, como o pensamento coletivo tem mais força que o individual, já que o segundo é resultado do primeiro, grandes mudanças poderiam ser produzidas caso as pessoas conseguissem se manter num diálogo coerente, compartilhando a sua consciência para pensar juntas. Para Bohm (2005, p. 47), “se enfrentarmos o que ocorre num grupo de diálogo, compreenderemos o núcleo do que acontece no todo da sociedade”.

A construção de diálogo dentro dos processos de aprendizagem social não é, no entanto, uma tarefa simples. Animosidades entre os membros de um grupo, assim como desentendimentos relativos a diferenças culturais, desequilíbrios nas posições de poder e mesmo discordâncias e contradições sobre as questões tratadas, podem tornar difícil com que padrões simétricos de conversação emergjam (BURTON; DIMBLEBY, 1995 *apud* WALS; SCHWARZIN, 2012). É importante que os grupos possam desenvolver a habilidade de superar conflitos destrutivos nas dinâmicas de diálogo através do amadurecimento ao longo do processo, ancorados no fortalecimento da coesão do grupo e na consolidação de uma visão comum (WALS; VAN DER HOEVEN; BLANKEN, 2009). Nesse sentido, é benéfico que o grupo compartilhe a consciência sobre esse processo de maturação e suas dificuldades implicadas, de modo que isso auxilie na abordagem dos desafios que se colocam, de uma maneira positiva. Além disso, a configuração espacial também exerce influência sobre a forma como as pessoas interagem, portanto, o ambiente físico pode ser formatado para ampliar a possibilidade de diálogo não-hierárquico, a exemplo de um formato circular (BOHM; FACTOR; GARRET, 1991). A

criação de espaços acolhedores também auxilia no desenvolvimento das interações (BROWN, 2010).

A aprendizagem social emerge, portanto, “solicitando metodologias participativas e colaborativas que articulem as dimensões social, ambiental, cultural e afetiva” (JACOBI, 2015). Desse modo, o tipo de diálogo desejável à aprendizagem social pode acontecer espontaneamente ou, então, pode ser promovido ou melhorado através do desenho e do planejamento da interação (WALS, 2009). Existem diversas ferramentas participativas que propõem, essencialmente, estruturas para a interação e para a construção de diálogo, atuando sobre situações e questões específicas, dentro de um quadro geral de dinâmicas coletivas ao longo do processo. Tais ferramentas podem facilitar a produção de resultados e soluções emergentes a partir das dinâmicas propostas. As ferramentas participativas dão, assim, suporte a processos de aprendizado e contribuem para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas para a solução dos problemas complexos enfrentados nos processos de aprendizagem social (JACOBI, 2011).

Dentre as diversas ferramentas participativas disponíveis, podem ser citadas: o World Café (BROWN, 2010), o Espaço Aberto (OWEN, 1997) e os Jogos de Improviso (GERARD, 2005). A sua escolha dependerá de cada situação social, contexto e natureza do problema a ser resolvido e do estágio do processo. É importante atentar, por fim, que tais ferramentas não devem ser vistas como recursos capazes de solucionar todos os problemas em questão, além disso, não serão adequadas a todos os tipos de grupos, podendo ser, também, inadequadas a um determinado contexto político, social e econômico (WALS; SCHWARZIN, 2012). Vale destacar ainda, que tais metodologias por si só não garantem a ocorrência do diálogo. É verdade que trazem em si facilidades para sua emergência. No entanto, se forem aplicadas de maneira ingênua, com pouco conhecimento sobre os princípios dialógicos há grandes chances de agir de forma contrária da pretendida. Ou seja, de se acreditar estar conduzindo um processo dialógico, quando na verdade o que se verifica na prática é a predominância da antidualogicidade.

Na próxima seção propomos pensar como uma Ética Dialógica e suas práticas podem nos ajudar a enfrentar a crise deflagrada pela pandemia de Covid-19. Compreendemos que essa ética está na base da criação de novas realidades mais participativas, horizontais, comunitárias e resilientes — o que parece ser uma resposta à crise de valores e um caminho para a transformação de um sistema que está em seu limite, ou mesmo, já o ultrapassou.

3. NOVAS REALIDADES FUNDADAS EM UMA ÉTICA DIALÓGICA

Inicialmente, voltamos à Ulrich Beck para pensar a metamorfose do mundo em que vivemos. Num livro inacabado em virtude do seu falecimento em janeiro de 2015, publicado graças ao trabalho de colegas que sistematizaram notas e artigos — “A Metamorfose do Mundo” (2018) —, a reflexão de Beck apresenta sua compreensão dos eventos globais que caracterizam uma sociedade marcada pela desestabilização dos conceitos básicos e das certezas que até então a sustentaram. Segundo Beck “vivemos em num mundo que não está apenas mudando, mas está se metamorfoseando” (BECK, 2018, p.15), e isto implica que algumas coisas mudem enquanto outras permanecem estáticas. A metamorfose simboliza o desaparecimento de paradigmas ultrapassados e a eclosão de realidades jamais imaginadas, caracterizando que nos tempos atuais, a sociedade de risco mundial é responsável por uma dinâmica estrutural importante, pela qual os riscos globais criam novas formas de comunidades. Entender que os riscos globais criam públicos cada vez mais entrelaçados pela globalização, e esses, por sua vez, tornam os riscos globais visíveis e políticos, como é o caso do Coronavírus.

No contexto das metamorfoses, Beck (2018) configura uma onda de efeitos colaterais que, com base em inovações sociotécnicas, convergem para mudanças nas lógicas que condicionam o *modus operandi* da produção e que começam a alterar de forma constante e crescente a ordem da sociedade, alterando-a de “maneiras fundamentais, acarretando novas formas de poder, desigualdade e insegurança bem como novas formas de cooperação, certezas e solidariedade através das fronteiras” (BECK, 2018, p. 56).

Hoje estamos sob o alerta da possibilidade de naturalização de um estado de exceção em que o controle e a falta de liberdade podem se configurar como a “nova normalidade”, como uma nova realidade. No entanto, como nos adverte o filósofo Byung-Chul Han (2020, p.111), “não deixemos a revolução nas mãos do vírus, confiemos que atrás do vírus venha uma revolução humana”. Eisenstein (2020) argumenta que a pandemia de Covid-19 nos mostra o poder do coletivo quando todos concordam sobre o que é importante, e que mudanças em larga escala podem ocorrer rapidamente; no entanto, precisamos definir a direção dessa mudança. Assim, torna-se urgente refletir profundamente sobre o mundo em que queremos viver. Sobre o significado das atividades que até então realizávamos, muitas vezes, sem nos questionar. É preciso pensar sobre a nossa relação com o outro.

Em tempos de Coronavírus, Waltner-Toews et al. (2020) ressaltam que, sob condições pós-

normais, a base de conhecimento deve ser pluralizada e diversificada para incluir a mais ampla gama possível de conhecimentos de qualidade, potencialmente utilizáveis, e de fontes de sabedoria relevantes, sem impor a exigência de que a ciência tenha apenas uma só voz. Múltiplos exemplos nos revelam que o mundo inteiro se torna uma comunidade alargada de pares, à medida que o comportamento e as atitudes apropriadas dos indivíduos e dos diversos grupos sociais se tornam cruciais para uma resposta bem sucedida ao vírus. Essa comunidade estendida de pares é o oposto de uma estratégia de decisão tecnocrática, baseada em número e modelos. Essa comunidade é pautada por aprendizagem social, pelo compartilhamento de conhecimentos e pela criação de espaços de diálogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grandes desafios quanto ao fortalecimento de bases dialógicas, de descentralização de práticas e da cocriação de uma nova narrativa devem fortalecer processos que potencializem sinergias sociais. No decorrer da pandemia de COVID-19 se observam iniciativas que, baseadas em plataformas cidadãs de solidariedade, agregam diversos atores sociais, promovem laboratórios de inovação pública e aberta, articulam através de recursos digitais novas formas de diálogos para busca de respostas que demonstram o potencial da sociedade civil para organizar resiliência cívica — a qual se coloca como necessária para as mudanças que podem ser profundas no nível econômico, social e ambiental. Como exemplo, citamos a iniciativa *Frena la curva*, de origem espanhola, que agrega em plataforma digital voluntários, empreendedores, organizações sociais e laboratórios de inovação para promover e organizar respostas frente aos desafios trazidos pela COVID-19, em complemento às iniciativas governamentais existentes (FRENA LA CURVA, 2020). O *Frena la curva* tem se multiplicado em vários países, inclusive no Brasil, sob o nome *Segura a Onda*.

O mundo pós-Covid-19 (ou melhor, o mundo pós-lockdown, já que não sabemos o tempo de permanência de circulação do vírus) nos coloca muitas indagações sobre como territórios, governos, grupos sociais e cidadãos reagirão, em múltiplas escalas. Esta crise viral nos coloca o desafio, como argumenta Enrique Leff (2020), de aprofundar nosso conhecimento sobre as interconexões com a crise sistêmica que atravessa a humanidade.

Como afirma Boff (2020) não se pode retomar a normalidade, porque significaria que “não aprendemos nada daquilo que é ou foi mais que uma crise, mas um chamado urgente para mudarmos a nossa forma de habitar a única Casa Comum. Temos a ver com um apelo da própria Terra viva, esse super-organismo que se auto-regula do qual somos sua porção inteligente e

consciente”. Simultaneamente torna-se necessário que se ampliem práticas sociais que construam relações humanas a partir da valorização do diálogo e do fortalecimento de ações em nível local, que já têm muitos exemplos. Abramovay (2019) *apud* Martins (2019), por exemplo, ao questionar a insanidade do desmatamento na Amazônia, propõe uma economia do conhecimento da natureza e suscita uma ideia formulada pelo cientista brasileiro Carlos Nobre, baseada na criação de Laboratórios de Inovação da Amazônia, que articulariam “os conhecimentos seculares das comunidades tradicionais, com a pesquisa científica sobre a biodiversidade”. A construção da base dialógica, como o Papa Francisco (2015, p. 12) nos mostra, deve pautar as ações para a proteção de nossa casa comum, através da união de “toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral”. Ailton Krenak, da etnia krenak, do vale do Rio Doce afirma esperar que a humanidade não saia desta experiência da mesma maneira que entrou, pois, como ele diz, levamos “um tranco para olharmos o que realmente importa; o futuro é aqui e agora, podemos não estar vivos amanhã; tomara que não voltemos à normalidade”(KRENAK, 2020).

As novas narrativas também precisam se articular com a transformação da nossa relação com o meio ambiente, pois a emergência de epidemias e pandemias como COVID-19 e também HIV, Ebola, Nipah, SARS, influenza e outras, pelo menos em parte estão relacionadas com o crescente impacto das ações humanas sobre o meio ambiente. A Ética Dialógica está no cerne da necessária reconstrução da relação sócio-ambiental, fortalecendo novos caminhos que não repitam a lógica predatória, de modo a avançar em trocas científicas e culturais e na hibridização de novos saberes que nos movam em direção à criação de novas realidades, mais participativas, horizontais, comunitárias e resilientes.

Para Wals e Peters (2017), os processos de transformação demandam continuada desconstrução e reconstrução das dinâmicas existentes na direção do fortalecimento de uma agenda de avanço para práticas sustentáveis, nas quais se construam novos diálogos entre ciência e sociedade. Nessa direção, a mudança de padrões de pensamento é o maior desafio que se coloca, no sentido de se ampliar e criar espaços que fortaleçam a confiança e empatia, e que permitam que mais pessoas ampliem sua visão de mundo e escutem mais os outros.

Talvez a principal aprendizagem e reflexão que a pandemia nos coloca é que não podemos voltar a uma situação de “normalidade”, e que esta ruptura implica uma transformação gradual para além dos aspectos econômicos, ela abarca, essencialmente, a transformação de nossa relação com a natureza e de nossos vínculos com os outros, e permitir que a partir de novas aprendizagens possamos confrontar futuras situações de emergência e fragilidade como as que hoje vivenciamos.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

- BECK, U. **Metamorfose do Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BECK, U. **Sociedade de Risco**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECK, U. **Risk Society**. London: Sage, 1992.
- BERARDI, F. Crónica de la psicodeflición. In: **Sopa de Wuham**, pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. AMADEO, P. (Org.). ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.
- BOFF, L. Voltar à “normalidade” é auto-condenar-se. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/voltar-a-normalidade-e-auto-condenar-se> Acesso em: 03 mai. 2020.
- BOHM, D. **A totalidade e a ordem implicada**. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BOHM, D. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- BOHM, D.; FACTOR, D.; GARRET, P. **Dialogue: a proposal**. 1991. Disponível em: http://infed.org/archives/e-texts/bohm_dialogue.htm Acesso em: 15 nov. 2016.
- BROWN, J. **The World Cafe: Shaping our futures through conversations that matter**. San Francisco, California: Barret Koehler Publishers, 2010.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DE MARCHI, B.; RAVETZ, J. R. Risk management and governance: a post-normal science approach. **Futures**, n. 31, p. 743-757, 1999.
- EISENSTEIN, C. The coronation. 2020. Disponível em: <https://charleseisenstein.org/essays/the-coronation/> Acesso em: 02 mai. 2020.
- FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. Roma, 2015.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRENA LA CURVA. **¿Qué es frena la curva?** 2020. Disponível em: <https://frenalacurva.net/conocenos-frena-la-curva/> Acesso em: 04 mai. 2020.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. Ciência Pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência, Saúde**, v. 4, n. 2, p. 219-230, 1997.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. Post-Normal Science. **International Society for Ecological Economics; Internet Encyclopaedia of Ecological Economics**, 2003. Disponível em: <http://isecoeco.org/pdf/pstnormsc.pdf> Acesso em: 15 jun. 2016.

FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. Science for the Post-Normal Age. **Futures**, v. 25, n. 7, p. 739-755, 1993.

GERARD, G. Creating new connections: dialogue and improvisation. In: **Dialogue as a Means of Collective Communication**, BANATHY, B.; JENLINK, P.M. (Eds). New York: Kluwer Academic/Plenum Press, 2005.

HAN, B. La emergencia viral y el mundo de mañana. In.: **Sopa de Wuhan**, pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. AMADEO, P. (Org.). ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução Janaína Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

HARVEY, D. Política anticapitalista en tiempos de coronavirus. In: **Sopa de Wuham**, pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. AMADEO, P. (Org.). ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

ISAACS, W. **Dialogue and the art of thinking together**: a pioneering approach to communicating in business and in life. New York: Doubleday, 1999.

JACOBI, P. R. Aprendizagem social no saneamento. In: **Aprendizagem Social no Saneamento Básico**: metodologias para o fortalecimento do controle social. JACOBI, P. R.; PAZ, M. G. A.; SANTOS, I. P. O. (coords.). São Paulo: IEE – USP, 2015.

JACOBI, P. R. Sustentabilidade, participação, aprendizagem social. In: **Aprendizagem Social: diálogos e ferramentas participativas, aprender junto para cuidar da água.** JACOBI, P. R. (coord.). São Paulo: IEE – USP, 2011.

JACOBI, P. R., GIATTI, L. AMBRIZZI, T. Interdisciplinaridade e mudanças climáticas: caminhos de reflexão para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. e FERNANDES, V. (Orgs.). **Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa.** São Paulo: Manole, 2014.

KRENAK, A. Voltar ao normal seria como se converter ao negacionismo e aceitar que a terra é plana. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/voltar-ao-normal-seria-como-se-converter-negacionismo-aceitar-que-terra-plana-diz-ailton-krenak-24353229> Acesso em: 02 mai. 2020.

LEFF, E. **A Cada Quem su Virus La Pregunta por la Vida y el Porvenir de una Democracia Viral.** HALAC, 2020. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/announcement/view/19> Acesso em: 03 mai. 2020.

MARTINS, A. Para pensar a Amazônia após o pesadelo. **Outras palavras**, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/para-pensar-a-amazonia-apos-o-pesadelo/> Acesso em: 15 abr. 2020.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MATURANA, H. R. Reality: The search for objectivity or the quest for a compelling argument. **The Irish Journal of Psychology**, v. 9, n. 1, p. 25-82, 1988.

OWEN, H. **Open Space Technology: A User's Guide.** San Francisco: Berrett-Koehler, 1997.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SELBY, D. Reaching into the holomovement: a bohmian perspective on social learning for sustainability. In.: WALSH, A. E. J. (Ed.) **Social Learning towards a sustainable world: Principals, Perspectives and Praxis.** The Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2007.

STERLING, S. Transformative learning and sustainability: Sketching the conceptual ground. **Learning and Teaching in Higher Education**, v. 5, n. 11, p. 17-33, 2011.

WALSH, A.E.J. (Ed.). **Social Learning towards a sustainable world: Principals, Perspectives and Praxis.** The Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2009.

WALS, S.; PETERS, M. Flowers of Resistance. In: König, A.; Ravetz, J. (ed..) **Sustainability Science- Key Issues**. Earthscan, 2017.

WALS, A.; SCHWARZIN, L. Fostering organizational sustainability through dialogical interaction. **The Learning Organization**, v.19, n. 1, p. 11-27. 2012.

WALS, A. E. J.; VAN DER HOEVEN, N.; BLANKEN, H. **The acoustics of social learning**: Designing learning processes that contributes to a more sustainable world. The Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2009.

WALS, A. E. J. e VAN DER LEIJ, T. Introduction. In: **Social Learning towards a sustainable world: Principals, Perspectives and Praxis**. WALS, A.E.J. (Ed.). The Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2009.

WALTNER-TOEWS, D. *et al.* **Post-normal pandemics**: why COVID-19 requires a new approach to science. 2020. Disponível em: <https://steps-centre.org/blog/postnormal-pandemics-why-covid-19-requires-a-new-approach-to-science/> Acesso em: 02 mai. 2020.